

Destaques desta edição:

- **Conselho de Estado formula lei antimonopólio depois de 12 anos de discussão**
- **Banco Central chinês eleva taxa de depósito compulsório na tentativa de conter oferta de crédito**
- **China começa a se destacar como exportadora de capital: investimentos diretos no exterior crescem 530% em 2005, para US\$ 11,3 bilhões**
- **“A China possui uma economia de serviços mais saudável do que a indiana”. Leia a última parte do artigo de Arthur Kroeber, editor-chefe de *China Economic Quarterly*, sobre os mitos do crescimento econômico de China e Índia**

Curtas

- Embraco inaugura nova fábrica na China
- Cooxupé abre segunda loja em Xi´An
- Governo dos Estados Unidos limita uso de PCs da Lenovo

Setor financeiro

Aberturas de capital de estatais impulsionam bolsas da “Grande China”*, mas reacendem temor de nova “exuberância irracional”

Responsável pela maior oferta pública inicial de ações (*initial public offering*, IPO) dos últimos seis anos, o Banco da China captou US\$ 9,72 bilhões ao abrir 10,5% de seu capital na bolsa de Hong Kong no final de maio. A operação é a terceira de uma seqüência de ofertas iniciais de bancos estatais chineses, iniciada em junho de 2005 pelo Banco das Comunicações, que então captou US\$ 2,2 bilhões. Em outubro do mesmo ano, foi a vez do Banco da Construção da China, que levantou US\$ 9,2 bilhões ao abrir capital também em Hong Kong. Ainda neste ano, outra grande instituição financeira estatal, o Banco Industrial e Comercial, pretende captar até US\$ 12 bilhões com operação de IPO no mercado de Hong Kong.

O sucesso da oferta do Banco da China pouco depois da polêmica causada pela retratação da Ernst & Young – que dias antes havia anunciado que o total de créditos irrecuperáveis no sistema bancário chinês teria chegado a US\$ 900 bilhões (leia mais a seguir) – foi visto como um voto de confiança do mercado nas instituições financeiras chinesas. O Banco da China já esteve envolvido em vários escândalos de corrupção e irregularidades, que levaram inclusive à prisão do ex-vice-presidente da instituição, Liu Jinbao. Só no ano passado, o banco admite que funcionários seus estiveram envolvidos em 75 diferentes casos criminais, que resultaram no desvio de US\$ 151 milhões de suas contas. Também segundo dados oficiais da instituição, 4,6% dos depósitos são considerados irrecuperáveis, sendo que outros 12,7% mereceram “menção especial” no relatório contábil, o que significa risco elevado.

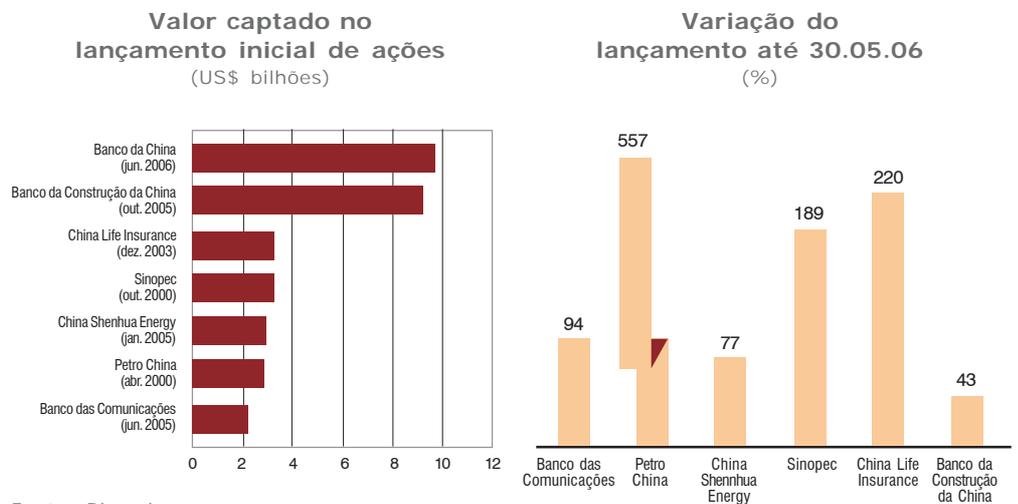
* Grande China é a denominação habitualmente atribuída ao conjunto de China Continental, Hong Kong e Macau.

A euforia dos investidores estrangeiros com os IPOs dos bancos estatais chineses fez com que o termo “exuberância irracional”, cunhado pelo ex-presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, reaparecesse na mídia internacional. Segundo o jornal britânico *Financial Times*, há risco de que os investimentos frenéticos dos estrangeiros nos bancos estatais chineses sejam igualmente irracionais. Quando lançou a expressão, em 1996, Greenspan referia-se à escalada desordenada de preços dos ativos negociados em Wall Street, que resultou nas perdas expressivas, em especial da bolsa eletrônica Nasdaq, em 1998.

IPO em alta na “Grande China” – Graças às diversas operações de abertura de capital promovidas por estatais chinesas, pela primeira vez na história a média de capital levantado por meio de operações de ofertas públicas iniciais em 2005 nas bolsas da “Grande China” (Hong Kong, Xangai, Shenzhen e Taipei) foi superior à captada pelas bolsas norte-americanas ou européias com o mesmo tipo de operação. Na “Grande China”, cada IPO movimentou, em média, US\$ 260 milhões (crescimento de 215% em relação a 2004), contra US\$ 170 milhões movimentados em Nova York e US\$ 100 milhões na média do mercado europeu. Pelo menos outras 25 companhias chinesas, incluindo o Porto Internacional de Xangai, o Porto de Ningbo e o Banco Mercantil da China, planejam abrir capital em Hong Kong este ano.

Além de aumentar a liquidez das bolsas da “Grande China”, as ofertas públicas das estatais chinesas estão impulsionando sua rentabilidade. Desde o lançamento das ações do Banco das Comunicações no mercado, em junho de 2005, os papéis do banco subiram 98%, ao passo que o valor das ações do Banco da Construção da China cresceu 43% nos sete meses de negociação. Mais recentemente, as ações do Porto de Dalian, que abriu capital em abril de 2006, registraram alta de 48%. Já as ações da China Life Insurance subiram mais de 200% desde seu lançamento em Hong Kong, em dezembro de 2003.

Desempenho das estatais chinesas na bolsa de Hong Kong



Fonte: Bloomberg

Bolsas de Xangai e Shenzhen voltam a permitir ofertas iniciais – Depois de um ano de proibição, as bolsas da China continental (Xangai e Shenzhen) receberam, em 18 de maio, permissão para voltar a realizar operações de IPO. A venda de novas ações no mercado chinês tinha sido suspensa em 2005 para deter a significativa queda sofrida pelas bolsas nos quatro anos anteriores. O temor era de que as ofertas iniciais retirassem dinheiro das ações já transacionadas em bolsa. Apesar do intenso crescimento econômico, nos últimos cinco anos as bolsas chinesas acumulam queda de mais de 50%.

De acordo com as novas regras, as companhias chinesas terão agora que preencher 70 condições antes de listarem suas ações no mercado. As empresas não-financeiras, por exemplo, estão proibidas de utilizar o dinheiro captado com a venda de ações para investir em valores mobiliários ou para comprar participações em empresas do ramo. A expectativa é de que o Banco Industrial e Comercial e a Air China ofereçam suas ações pela primeira vez em Xangai ainda em 2006.

A polêmica da Ernst & Young sobre os créditos irrecuperáveis – Poucos dias antes da oferta pública do Banco da China, levantamento feito pela firma de auditoria Ernst & Young estimou que o volume de créditos irrecuperáveis (*non-performing loans*, NPLs) nos bancos estatais chegaria a US\$ 900 bilhões, ou 40% do PIB chinês. Esse volume é cerca de cinco vezes e meia maior do que a última estimativa oficial do governo chinês, de US\$ 164 bilhões. Segundo a Ernst & Young, somente os quatro maiores bancos estatais do país teriam, em conjunto, US\$ 358 bilhões em NPLs, mais do que o dobro admitido oficialmente pelo governo.

A divulgação do levantamento provocou reação imediata do Banco do Povo da China, o BC chinês, que chamou o trabalho de “ridículo” e “praticamente incompreensível”. Poucos dias depois, a Ernst & Young voltou atrás oficialmente e anunciou que o relatório continha “erros factuais” e havia sido publicado sem passar pelos procedimentos normais de revisão. Segundo a auditoria, um novo relatório retificador será publicado em breve.

A polêmica em torno dos créditos irrecuperáveis colocou a Ernst & Young em uma situação duplamente constrangedora. Em primeiro lugar, causou estranhamento o fato de a empresa colocar em dúvida números de bancos dos quais ela mesma é auditora, como no caso do Banco Industrial e Comercial da China. E, acima de tudo, a retratação categórica após a repreensão por parte do BC chinês foi considerada “excessiva” por analistas e veículos de imprensa.

A revista *The Economist* destaca que o levantamento não é mera compilação de dados e inclui estimativas recentes de NPLs, formados especialmente entre 2000 e 2004. Além dos quatro maiores bancos, o estudo cruzou informações de companhias de investimento, cooperativas de crédito rurais e companhias de gestão de créditos irrecuperáveis (*Asset Management Companies*, AMCs). Sozinhas, as AMCs teriam absorvido US\$ 330 bilhões em NPLs desde 1999, quando foram criadas para sanear as carteiras dos quatro maiores bancos estatais, e até agora teriam conseguido solucionar, por meio de operações financeiras no mercado secundário, cerca de US\$ 100 bilhões. Já o francês *Le Monde* criticou duramente a retratação da Ernst & Young, classificando-a como exemplo de incapacidade de empresas estrangeiras com interesses no país de contrariarem o governo local.

Os últimos levantamentos de bancos estrangeiros, realizados há quatro anos, apontavam que o total de NPLs nos bancos estatais estaria entre US\$ 450 bilhões e US\$ 700 bilhões. Além da tendência crescente dos últimos anos, o relatório da Ernst & Young dizia haver avanços modestos nos mecanismos de avaliação de risco e pequeno controle dos escritórios centrais sobre suas agências pelo país, o que teria contribuído para aumentar, e não reduzir, o total de NPLs a partir de 2000, ao contrário do que diz o governo chinês.

Segundo a revista *The Economist*, os dois lados (Ernst & Young e governo chinês) tiveram sua reputação arranhada em função do episódio. O fato de a Ernst & Young ter atendido rapidamente às demandas chinesas pode “colocar em risco a independência de que necessita perante seus clientes”. Já as autoridades chinesas, segundo a revista, mostram-se intolerantes. “Os créditos irrecuperáveis são certamente maiores do que os números oficiais dizem, ainda que sejam menores do que a estimativa da Ernst & Young. Negar isso é ingênuo e prejudica a credibilidade necessária para que NPLs e fatias de bancos estatais sejam vendidos aos investidores estrangeiros.”

Investimento estrangeiro nos bancos estatais – A venda de parte dos ativos estatais a investidores estrangeiros é vista como uma forma essencial para minimizar o volume de créditos irrecuperáveis. Além de injeções expressivas de capital, as instituições estrangeiras são consideradas pelas autoridades financeiras chinesas fontes importantes de aprendizado, especialmente no que diz respeito a mecanismos de gestão, gerenciamento de risco bancário, tecnologia e governança.

Nos 12 meses encerrados em março de 2006, as instituições estrangeiras desembolsaram cerca de US\$ 15 bilhões na compra de participações em bancos

estatais chineses, isso sem contabilizar os US\$ 9,2 bilhões injetados no sistema graças à oferta pública de ações do Banco da Construção da China na bolsa de Hong Kong. Até agora, os três maiores bancos chineses venderam cerca de 10% de seu capital a investidores estrangeiros, os quais, em contrapartida, têm obtido assentos nos conselhos de administração dos principais bancos estatais. Em todos os casos, os estrangeiros estão submetidos a regras que limitam seu investimento a 25% do capital de cada banco, e a 20% no caso de aporte feito por apenas uma instituição estrangeira.

De acordo com os termos do protocolo de acesso da China à OMC, a partir de 11 de dezembro de 2006 os bancos estrangeiros terão permissão para operar sem sócio chinês em boa parte das cidades do país (mesmo depois de dezembro, algumas restrições geográficas irão permanecer). A principal restrição a ser eliminada refere-se aos negócios em moeda local. A partir de dezembro, as instituições estrangeiras poderão conduzir operações financeiras em yuan e oferecer serviços a pessoas físicas. Mas no caso de algumas operações, em especial com cartões de crédito, os estrangeiros deverão operar com um parceiro local e obedecer ao limite acionário de 50% do total do negócio.

Legislação

Conselho de Estado formula lei antimonopólio

A aguardada lei antimonopólio, considerada um passo essencial para o desenvolvimento de uma economia de mercado na China, teve seu rascunho aprovado pelo Conselho de Estado em 7 de junho, após mais de 12 anos de preparo. A lei ainda precisa passar pelo Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo para tornar-se oficial, o que pode modificar e atrasar a publicação do texto final.

O rascunho foi mal recebido por analistas e pela imprensa estrangeira. O jornal *Financial Times* criticou a longa demora na elaboração da legislação e o foco exclusivo no setor privado. Segundo o diário inglês, a nova lei deveria lidar com as restrições e distorções provocadas pelo setor estatal, haja vista as inúmeras barreiras provinciais e municipais de proteção às indústrias locais. No rascunho anterior, publicado em novembro, a lei previa sanções à formação de monopólios estatais, todas excluídas da versão atual.

O governo chinês também não foi capaz de resolver qual departamento será responsável pela aplicação da nova legislação. Atualmente, três instâncias do governo chinês são responsáveis pela ação regulatória contra os monopólios: a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, o Ministério do Comércio e a Administração Estatal de Indústria e Comércio.

Não foi publicada cópia do rascunho da legislação. A única declaração oficial, feita ao jornal chinês *China Daily*, foi a definição do termo monopólio como “um único operador controlando metade ou mais de uma fatia de mercado, ou dois operadores controlando mais de dois terços, ou três controlando três quartos”.

Analistas chineses afirmam que a lei pode ter implicações importantes para companhias estrangeiras como a Microsoft, que tem enfrentado acusações de formação de monopólio em outros países. A lei também permitirá que Pequim atue contra as posições de mercado das companhias estrangeiras, incluindo suas operações de fusão. Por conta disso, alguns analistas acreditam na possibilidade de atritos com Estados Unidos e União Européia.

Aperto monetário

Banco Popular da China eleva taxa de depósito compulsório na tentativa de conter oferta de crédito

A fim de reduzir a liquidez disponível para empréstimos no sistema financeiro e, conseqüentemente, evitar futuras pressões inflacionárias, o Banco Popular da China (BC chinês) elevou em 0,5 ponto percentual a taxa de depósito compulsório dos bancos do país. A partir de 5 de julho, data em que a medida entra em vigor, a maioria dos bancos chineses terá que manter 8% de seus depósitos na autoridade monetária central, o que reduzirá a oferta de moeda em aproximadamente US\$ 19 bilhões.

A acelerada expansão do crédito e a ameaça do aumento da inflação são os principais alvos da medida. Nos primeiros cinco meses de 2006, os financiamentos concedidos pelos bancos nacionais atingiram 75% da meta de US\$ 300 bilhões estipulada para o ano. “O índice de preços ao consumidor está relativamente baixo, mas se o crescimento do crédito continuar a acelerar, poderá estimular o aquecimento econômico e gerar risco de inflação”, diz a nota oficial do BC.

A decisão faz parte de uma série de medidas adotadas pelo governo chinês desde 2004 para conter o superaquecimento da economia. A taxa de depósito compulsório já havia sofrido aumento de 0,5 ponto percentual em abril de 2004, quando passou de 7% para 7,5%. Outras medidas implementadas foram a elevação da taxa de juros em 0,27 ponto percentual, em outubro de 2004, e a leve valorização do câmbio em julho de 2005, quando o yuan valorizou-se 2,1% frente ao dólar.

Analistas de bancos estrangeiros avaliam que os efeitos da medida sobre a economia serão modestos. Em notas técnicas, os bancos Citigroup e Goldman Sachs afirmam que o aumento do compulsório não resultará em diminuição significativa do crescimento, e tampouco será um substituto para a apreciação da moeda. A quantia de dinheiro retirada de circulação será pouco significativa, e o impacto sobre os ativos bancários e a demanda por commodities, limitado. O Goldman Sachs manteve sua estimativa de crescimento do PIB chinês neste ano em 9,6%. Já o Citigroup diz que “o Banco Central provavelmente iniciará uma nova fase de aperto monetário em breve”, possivelmente por meio de novo aumento na taxa de juros e/ou nova flexibilização cambial.

Internacionalização

China começa a se destacar como exportadora de capital

As medidas de incentivo à internacionalização das empresas nacionais adotadas pelo governo chinês têm apresentado resultados positivos. Segundo dados da Administração Estatal de Câmbio da China (SAFE, em inglês), em 2005 os investimentos diretos chineses no exterior somaram US\$ 11,3 bilhões, aumento de 526% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em resposta à crescente demanda nacional por recursos naturais, em especial o petróleo, os setores de energia e mineração foram os maiores alvos do capital chinês. A aquisição da PetroKazakhstan por US\$ 4,2 bilhões, petrolífera canadense com base no Cazaquistão, respondeu por 37% do total investido pela China no exterior.

Além dos investimentos diretos, é crescente o total aportado por chineses em ativos financeiros. Em 2005, os investimentos chineses em portfólio somaram US\$ 26,2 bilhões, contra US\$ 6,5 bilhões em 2004. Tal crescimento deve-se, em grande parte, à adoção de uma nova legislação para o segmento de seguros, o que permitiu a algumas seguradoras voltar a investir em títulos e ações no exterior.

O aumento do fluxo de investimentos chineses no exterior é reflexo de políticas públicas que visam à maior projeção internacional das companhias chinesas (sobretudo dentre um seleto grupo de estatais), à redução da dependência dessas empresas do mercado interno e das fontes tradicionais de fornecimento de matérias-primas e, mais recentemente, à redução do excesso de liquidez da economia nacional.

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM) voltou a mostrar-se preocupado com o ritmo de crescimento dos investimentos em ativos fixos, principal responsável pelo superaquecimento econômico do país. Em metade das províncias do interior da China, onde autoridades locais dependem de bons índices de desempenho econômico para fins de avaliação profissional, os investimentos cresceram 35% nos primeiros meses de 2006.

China e Índia: desconstruindo mitos – Parte II¹

Arthur Kroeber²

Mito 2: No futuro, o crescimento da Índia será superior ao crescimento da China devido às vantagens da democracia e do respeito às leis.

Fato: Democracia e leis são irrelevantes para o crescimento da Índia, mas ambas ajudarão o país a garantir retorno financeiro a investidores.

Este mito é o novo preferido entre os estudiosos indianos, que o utilizam para se diferenciar da geração de seus pais: ao invés de uma desculpa para o fracasso, a democracia é agora promovida como causa do sucesso econômico. O governo indiano passou a sustentar essa idéia porque se vê em uma competição com a China no cenário internacional, e o respeito às leis é praticamente a única categoria na qual a Índia pode ser julgada positivamente em relação à China. Durante o último Fórum Econômico Mundial, a Índia inundou Davos com propagandas que promoviam o país como “a democracia que mais cresce no mundo”, um *slogan* que claramente busca enfraquecer os ânimos dos fãs da China. Entretanto, conforme já argumentado³, crescimento econômico e sistema político são variáveis independentes, e seria ilusório fazer ligações causais entre os dois. A democracia não é a causa nem um impedimento para o crescimento econômico. Os obstáculos para o crescimento na Índia são as baixas taxas de poupança, a falta de infra-estrutura, e políticas econômicas que desencorajam o investimento. A remoção desses obstáculos é função não apenas do sistema político, como também um desejo da elite indiana em transformar o crescimento econômico em prioridade máxima.

Fora da Índia, investidores financeiros são, freqüentemente, favoráveis a esse mito, pois acreditam ser lucrativo investir nas companhias indianas, ao passo que os investimentos em títulos chineses têm se mostrado um grande fracasso. Os economistas puritanos anglo-americanos são sempre os primeiros a argumentar em prol da noção de que o capitalismo democrático, que prevaleceu durante três séculos de rápido desenvolvimento em seus países, é necessariamente a melhor solução e deve ser adotado instantaneamente e em sua integridade.

Lição de desenvolvimento nº1: crescimento ≠ lucro

Essa formulação confunde conceitos macro e microeconômicos. O respeito às leis, o cumprimento dos contratos e as limitações em função do custo do capital são extremamente úteis para o desenvolvimento de companhias internacionalmente competitivas. No entanto, é menos óbvio que tais fundamentos sejam essenciais para o amplo desenvolvimento de países pobres. A experiência de crescimento da China nos últimos 25 anos sugere que é possível a criação de mercados eficientes para bens e investimentos maciços em infra-estrutura sem tais fundamentos. Uma legislação de proteção à propriedade intelectual bem-definida, um sistema legal e mercados de capitais modernos são elementos que podem ser adicionadas ao longo do tempo, aos poucos. O crescimento da China deve-se largamente à sua alta taxa de poupança e à eficiência com a qual o país tem transformado a poupança nacional em investimentos produtivos. Esses modelos estão bem imbuídos na economia chinesa e continuarão a gerar altas taxas de crescimento nas próximas duas décadas, a despeito do ritmo de progresso nas reformas do sistema legal e do mercado de capitais – desde que o índice de progresso seja maior do que zero.

¹ A primeira parte deste artigo foi publicada na Carta da China nº 17. A reprodução do artigo encerra-se nesta edição, com a publicação do segundo e do terceiro mitos.

² Editor-Chefe da *China Economic Quarterly*.

³ Leia o primeiro mito.

Surpreendentemente, nem todos os advogados do mundo juntos ajudarão a Índia a acelerar seu crescimento, a não ser que o país aumente sua taxa de poupança e promova políticas públicas mais atrativas para investimentos. É verdade, no entanto, que o alto escalão das corporações da Índia é mais bem cotado do que o da China. A Índia possui uma quantidade razoável de empresas privadas, como a companhia de *software* Infosys, que é gerenciada em um elevado padrão internacional e opera confortavelmente no mercado global. A China não tem firmas desse tipo, e há poucas evidências de criação de tais companhias no futuro próximo. As maiores firmas chinesas são estatais que operam como oligopólios em mercados protegidos; firmas privadas tendem a ser pequenas, operam sob margens estreitas e em mercados extremamente competitivos, e a elas é negado o acesso ao mercado de capitais e ao investimento financeiro internacional.

A relativa força da Índia em produzir companhias saudáveis tem gerado um sub-mito popular, que prega que “os retornos financeiros são maiores na Índia do que na China”. Vários estudos foram concebidos com o objetivo de provar a veracidade deste sub-mito, fazendo com que alguns investidores pioneiros na Índia afirmassem que o crescimento indiano fora construído sobre bases mais sólidas do que o chinês. Contudo, a única razão para isso é que o investimento total na Índia é bem menor do que na China. Se a taxa de investimento da Índia crescesse ao ponto de gerar de sete a oito pontos percentuais de crescimento sustentado do PIB, a competição aumentaria, e a rentabilidade e os retornos de investimento provavelmente cairiam. Essa seria uma má notícia para os investidores financeiros, mas benéfica para a maior parte dos indianos, que teriam como resultado mais empregos e aumento de salários.

Melhor que o Paquistão

O mito da democracia como dispositivo para o crescimento contém uma parcela pequena de verdade, mas a comparação mais cabível para tal mito é entre Índia e Paquistão. Os dois países deram início ao seu desenvolvimento moderno em 1947, com história comum e sociedades similares; o Paquistão, em alguns sentidos, possuía a vantagem de ter herdado a próspera economia do algodão do Punjab e o porto de Karachi e, como um país de uma única religião, não tinha os constrangimentos dos conflitos étnicos, religiosos e de castas, como a Índia. Durante a década de 70, em geral, o Paquistão gozou de crescimento econômico mais rápido que a Índia. Mas o país muçulmano cambaleou entre governos pouco democráticos e ditaduras militares, falhou em realizar a reforma agrária (o sistema de terras paquistanês é mais feudal do que o indiano), e nunca criou instituições burocráticas e comerciais necessárias para o desenvolvimento de uma economia industrial moderna. Como resultado, o Paquistão mergulhou em um pântano de instabilidade política e econômica. A Índia, persistente com a democracia, pode nunca ter eliminado seus conflitos internos, mas aprendeu minimamente a gerenciá-los. Os indianos também criaram um conjunto de instituições – imperfeitas, mas funcionais – que estruturarão o crescimento econômico a partir de um ambiente político estável.

Em outras palavras, é muito mais útil considerar a democracia indiana como uma resposta de sucesso ao desafio de construir uma nação a partir de uma sociedade estratificada e fragmentada, ao invés de enxergá-la como um impedimento definitivo ou uma garantia de desenvolvimento econômico.

Mito 3: Índia e China são economias de tecnologias naturalmente complementares porque a “China produz o *hardware* enquanto a Índia produz o *software*”. (Ou: “A China é predominante industrial ao passo que a Índia é especializada no setor de serviços”).

Realidade: As indústrias de tecnologia indianas e chinesas nada têm em comum. Na verdade, a China possui uma economia de serviços mais saudável do que a indiana.

Tal mito, comumente repetido, não faz sentido algum. Não há um único caso em que o *software* indiano seja empregado na produção de *hardware* chinês. A única companhia chinesa de *hardware* que investe em *software* indiano é a Huawei Technologies, que opera um centro de P&D em Bangalore; entretanto,

esse centro, que emprega poucas centenas de pessoas, é microscópico em comparação com as atividades de P&D desenvolvidas na China, que empregam milhares de pessoas. Da mesma forma, nenhuma firma de *software* indiana investiu em firmas chinesas de *hardware* com o objetivo de controlar o veículo de distribuição de seus *softwares*. E por um bom motivo: não há nenhuma relação real entre as indústrias de tecnologia chinesas e indianas. Os produtores chineses de eletrônicos e *hardware* são principalmente montadoras cujas vantagens comparativas são os baixos custos de produção e a habilidade para garantir grandes economias de escala; a maioria faz pouca pesquisa. As firmas de software indianas, com toda a euforia ao seu redor, desempenham, essencialmente, uma função similar, reduzindo custos em projetos de *software* rotineiros e intensivos em trabalho – não para manufaturas de baixa tecnologia, mas para firmas de serviço e companhias industriais de alto valor agregado, cujo negócio incorpora muitos serviços ou componentes de *software*.

A verdade nua e crua é que o *hardware* chinês e o *software* indiano são duas indústrias não relacionadas correndo em paralelo e que continuarão a desenvolver-se vigorosamente, mas que, provavelmente, não promoverão nenhuma interação uma com a outra. O relacionamento econômico entre os dois países será induzido, primeiramente, pelo comércio e, depois, pelas companhias indianas que investem na China pelos mesmos motivos que o resto do mundo investe: eficiência manufatureira e acesso a uma grande força de trabalho qualificada.

Serviços: mais uma vez, a China lidera

A versão mais perniciososa desse mito, popular entre os economistas brâmanes de Bangalore, é que a tecnologia de informação vai magicamente capacitar a Índia a saltar de um estágio de desenvolvimento industrial baixo e prosseguir diretamente a uma sociedade moderna e de alta renda, baseada nos serviços. Isto é simplesmente ridículo.

Se a Índia estivesse realizando os tais “saltos”, nós concluiríamos que a economia de serviços indiana gera altos níveis de emprego e crescimento da renda. Na verdade, a Índia não faz nenhum dos dois. A economia de serviços indiana, tão bem falada, quando expandida ao seu limite para incluir não apenas *software* como também *call-centers* e outras várias atividades monótonas de escritório, emprega algo entre um ou dois milhões de pessoas, de uma força total de trabalho de mais de 600 milhões de pessoas. Conforme apresenta um artigo recente do FMI, a política indiana tem sido fortemente conduzida em favor de serviços altamente qualificados, ao invés de serviços intensivos em trabalho, que ajudariam a minimizar o excesso de trabalhadores rurais⁴. Esta é mais uma evidência, em outras palavras, de que o crescimento da Índia é constrangido pelo favoritismo aos interesses da elite brãmene qualificada.

Em diversos aspectos, a performance indiana no setor de serviços é mais atrasada do que a chinesa. Não apenas o setor de serviços chinês cresceu mais rapidamente do que o indiano nos últimos 15 anos (veja tabelas abaixo), como também gerou empregos de maneira mais eficiente. Entre 1980 e 2000, a fatia de empregos do setor de serviços praticamente triplicou na China; na Índia, cresceu apenas 25% no mesmo período. A taxa de crescimento do emprego no setor industrial não foi muito diferente nos dois países.

Tabela 1

Crescimento por setor (1993-2004)

(crescimento anual médio em %)

Setores	China	Índia
Agricultura	3,8	2,7
Indústria	11,9	6,5
Serviços	10,0	8,6
PIB	9,9	6,3

Fontes: Banco de Desenvolvimento Asiático, Escritório Nacional de Estatísticas e Dragonomics

⁴ “India’s pattern of development: what happened, what follows”, de Kalpana Kochlar et al. (janeiro de 2006). Disponível em www.imf.org como *working paper* nº 22 de 2006 (WP/06/22).

Tabela 2

Emprego por setor (1980-2000)

(% do total)

Setores	China		Índia	
	1980	2000	1980	2000
Agricultura	68,7	46,9	68,1	59,3
Indústria	18,2	23,2	13,9	18,2
Serviços	11,7	29,9	18,6	22,4

Fonte: FMI

Isso pode parecer estranho, mas não é. O crescimento explosivo da indústria na China tem sido acompanhado pela saída dos trabalhadores do inchado setor industrial estatal, que tem mantido o crescimento líquido do emprego na manufatura bastante baixo. Muitos trabalhadores industriais demitidos encontraram emprego no setor de serviço intensivo em trabalho: táxis, restaurantes, lojas. E, como fora previsto pela teoria de crescimento, o crescimento da manufatura trouxe consigo uma nova geração de serviços auxiliares. A gigante chinesa Hai'er, produtora de eletrodomésticos da linha branca, por exemplo, agora assiste ao rápido crescimento dos serviços de design e construção de cozinhas. O fracasso da Índia em estabelecer um setor de serviços amplo é consequência direta do seu insucesso em desenvolver um setor manufatureiro de larga escala.

Se a Índia fosse mais parecida com a China...

Em suma, China e Índia seguiram dois padrões de crescimento muito distintos, cada um baseado em suas estruturas sociais e experiências históricas extremamente distintas. Tais constrangimentos continuarão a ser válidos, produzindo economias que, enquanto crescerem a passos largos, permanecerão radicalmente diferentes em sua estrutura e orientação. As relações comerciais entre os dois países inevitavelmente crescerão, mas serão atenuadas pelas ligações naturais existentes entre China e seus vizinhos do leste e do sudeste asiático, membros produtores da corrente de exportações da Ásia. Investidores financeiros ainda considerarão a Índia como a melhor proposta devido ao melhor ambiente legal e grande atenção aos custos de capital. Entretanto, os investidores devem ficar atentos ao fato de que se a Índia seguir os conselhos de seus críticos e melhorar seu ambiente de investimento com vistas a alcançar maiores índices de crescimento estrutural, a competição aumentará e, conseqüentemente, a rentabilidade – e os retornos dos investidores minoritários – cairão. Como o antigo provérbio do misterioso ocidente nos lembra: “tenha cuidado com o seu desejo, pois ele pode se realizar...”.

Este artigo não seria escrito sem as reflexões de diversos observadores da economia indiana, notadamente Omkar Goswami, diretor da CERG Advisory (um dos poucos exemplos de analistas especializados em Índia ou China com vasto conhecimento e visão imparcial sobre ambos os países); Joydeep Mukherji, da Standard & Poors; Subir Gokarn, economista-chefe da auditoria chinesa CRISIL; Arvind Virmani, da Comissão de Planejamento da Índia (India's Planning Commission); e Sanjay Mathur da UBS. O autor expressa seu profundo agradecimento aos analistas supracitados e exonera-os de qualquer responsabilidade por erros, que são culpa apenas do autor.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 21.02.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Investimento**Embraco investe em nova fábrica na China**

A Empresa Brasileira de Compressores (Embraco) inaugurou em Pequim sua maior unidade produtiva no exterior, com o intuito de atender à crescente demanda asiática por compressores para geladeiras e aparelhos de ar-condicionado. A nova fábrica prevê produção anual de 4,5 milhões de compressores e aumento da participação da Embraco no mercado chinês de 10% para 12%. Japão, Tailândia, Austrália e Nova Zelândia também serão alvos de atuação mais agressiva da Embraco. O novo empreendimento foi construído em parceria com a estatal chinesa Snowflake Company, que atua ao lado da Embraco desde sua entrada na China, em 1995.

Café**Cooxupé abre segunda loja em Xi'An**

A Cooxupé, cooperativa de café de Guaxupé (MG), abrirá seu segundo estabelecimento na China. A loja, assim como a matriz aberta em outubro de 2005, é localizada em Xi'An, cidade histórica de 5 milhões de habitantes. A fabricante belga de chocolates CPE Exhibition, parceira da Cooxupé na primeira loja, será responsável pelo fornecimento de chocolate também para o segundo empreendimento. O terceiro parceiro será o grupo chinês FED Import & Export.

O café, proveniente do sul e do cerrado mineiro, será exportado para a China em grão verde, e, na tentativa de agradar o paladar chinês, serão oferecidas combinações de café com chocolate. Em 2005, a China importou 250 mil sacas de café verde, das quais quase 14 mil do Brasil, e consumiu menos de 0,5% da produção de café do planeta.

Agricultura**China compra mais soja brasileira**

As exportações brasileiras de soja para a China somaram 1,6 milhão de toneladas nos primeiros quatro meses de 2006, volume 119% superior ao registrado no primeiro quadrimestre do ano anterior. No mesmo período, as vendas argentinas de soja para o mercado chinês aumentaram 344%, alcançando 1 milhão de toneladas, enquanto as norte-americanas caíram para 5,3 milhões de toneladas, o que representa redução de 16,3% na comparação anual.

O Brasil tem aumentado sua participação nas importações de soja realizadas pela China e, atualmente, representa 20% das compras chinesas no mercado internacional. No primeiro quadrimestre de 2006, a China importou 7,97 milhões de toneladas do produto, volume 9,1% maior do que o registrado nos primeiros meses de 2005.

IED**Investimento estrangeiro direto chega a US\$ 72,4 bilhões em 2005**

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM) anunciou que o total de investimento estrangeiro direto no país foi de US\$ 72,4 bilhões em 2005, cerca de US\$ 12 bilhões a mais do que o valor estimado anteriormente pela instituição. A diferença é explicada pela inclusão do setor financeiro no cálculo, uma vez que diversas instituições financeiras estrangeiras adquiriram ações de bancos chineses em 2005. A China foi, dentre os países em desenvolvimento, o principal receptor de IED no ano passado. No mesmo ano, o Brasil recebeu US\$ 15,5 bilhões. No ranking global, o Reino Unido foi o maior receptor, com US\$ 219 bilhões, seguido pelos Estados Unidos (US\$ 106 bilhões).

Governo dos Estados Unidos limita uso de PCs da Lenovo

O Departamento de Estado norte-americano anunciou que não permitirá o uso de computadores da Lenovo, fabricante chinesa que adquiriu a unidade de PCs da IBM em abril de 2005, para a realização de operações confidenciais. A medida visa a evitar que os chineses tenham acesso às comunicações diplomáticas do país, conforme divulgado pelo *Financial Times*. Recentemente, o governo norte-americano adquiriu 16 mil computadores da Lenovo no valor de US\$ 13 milhões dos quais 900 destinavam-se à realização de tarefas sigilosas.

A compra da unidade da IBM tornou a Lenovo a terceira maior fabricante de PCs do mundo, atrás apenas da Dell e da Hewlett-Packard. De início, a fabricante chinesa conseguiu reverter o quadro de perdas da IBM, inclusive por meio do corte de mil funcionários, dos antigos 9.500. No entanto, no primeiro trimestre de 2006, a Lenovo registrou prejuízo de US\$ 116 milhões, contra lucro líquido de US\$ 21,3 milhões no mesmo período do ano anterior.

Nos últimos seis meses, as ações da Lenovo recuaram 38%. Já a fatia de mercado global da companhia caiu 1,1 ponto percentual no primeiro trimestre de 2006, para 6,6%. Mesmo com resultados pouco satisfatórios e com o aumento da concorrência da Dell na China continental, Hong Kong e Taiwan, a Lenovo manteve 90% dos consumidores da antiga divisão da IBM.

Petróleo

Governo chinês reajusta preço de combustíveis pela segunda vez no ano

O governo chinês elevou o preço do petróleo e derivados no país com o objetivo de reduzir prejuízos das refinarias estatais e evitar escassez de combustível no mercado nacional. O aumento, que entrou em vigor em 24 de maio, foi o segundo no setor em 2006 e elevou os preços da gasolina em 10,6%, do diesel em 12,3% e dos combustíveis para a aviação em 10,3%.

O mecanismo de controle de preços adotado pela China mantém, desde 2003, os preços do petróleo e derivados no mercado doméstico inferiores aos registrados no mercado internacional. Em 2005, o governo chinês pagou cerca de US\$ 1,2 bilhão à estatal Sinopec, a fim de compensar perdas causadas pela política nacional de preços artificiais.

Petróleo II

China e Índia em busca de oferta conjunta no Cazaquistão

China e Índia planejam fazer uma oferta conjunta de US\$ 2 bilhões por um bloco petrolífero no Cazaquistão. Um dos principais investidores chineses no exterior, o Citic Group, e o maior produtor de petróleo bruto da Índia, Oil & Natural Gas Corp., pretendem adquirir bloco com capacidade de produção de 400 milhões de barris anuais, que foi colocado à venda pela canadense Nations Energy. Essa poderá ser a segunda oferta conjunta sino-indiana. Em janeiro de 2006, um mês após a primeira oferta, os dois países assinaram acordo de cooperação para evitar alta nos preços do combustível. De acordo com a *Bloomberg*, a norte-americana Chevron e a russa OAO Lukoil também estão interessadas no mesmo bloco.

As reservas do Cazaquistão são estimadas em 35 bilhões de barris, e a previsão é de que a produção triplique nos próximos 10 anos, tornando-o um produtor maior do que a Venezuela. China e Índia consumiram juntas 11% do petróleo mundial em 2005, dois pontos percentuais a menos do que em 2000. No caso indiano, as fontes externas fornecem 75% do petróleo consumido nacionalmente, ao passo que na China essa fatia é de 40%.

Aviação

Air China filia-se à Star Alliance

A Air China, terceira maior companhia aérea do país, associou-se à Star Alliance, maior aliança mundial de empresas do setor de aviação civil, no final de maio. Com a medida, a empresa chinesa visa a aumentar sua visibilidade e fatia no mercado internacional. A China Southern Airlines, outra empresa aérea da China, anunciou que prevê parceria com a SkyTeam Alliance, segunda maior aliança mundial de companhias aéreas, até 2007.

China-África

Governo chinês investirá em infra-estrutura na Nigéria

A China investirá US\$ 267 milhões na Nigéria a fim de gerar a infra-estrutura necessária para o início do projeto de constituição de uma zona de livre comércio com o país. O montante destina-se a modernizar o setor de energia elétrica, rodovias e indústrias manufatureiras nigerianas.

Cerveja

Inbev é segunda maior cervejaria da China

A InBev, cervejaria belgo-brasileira, assumiu o controle da chinesa Fujian Sedrin Brewery por US\$ 752 milhões e tornou-se vice-líder do mercado chinês no setor. A aquisição, prevista somente para o final de 2006, consolidou a liderança da empresa no sudeste do país, e garantiu o controle de 13% do mercado chinês de cerveja.

A Inbev é a maior cervejaria do mundo em volume de produção e, em 2005, vendeu 36 milhões de hectolitros do produto para a China. A empresa opera em oito províncias do país: Fujian, Guangdong, Hebei, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi e Zhejiang.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Isabela Nogueira

Estagiárias: Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br